

PROBLEMAS BRASILEIROS

REVISTA MENSAL DE CULTURA

ANO XI - N.º 120 - AGOSTO - 1973

CEDI - P. I. B.
DATA 31/12/86
COD K2D00016



Diretor
Rui Nogueira Martins

EDITOR
Pedro Cunha

SECRETÁRIO
Reinaldo Lavia

ARTE
Tide Hellmeister

REVISOR
Jacomino Frassati

REDAÇÃO

Rua Dr. Vila Nova, 228 - 10.º
and. - Caixa Postal 30.328 -
01222 - São Paulo - SP

Assinatura anual (12)Cr\$ 50,00
Número avulsoCr\$ 5,00
Pagamento em cheque visado, pa-
gável em São Paulo, a favor de
SESC - Serviço Social do Comércio.

ÍNDICE

O ÍNDIO VOLTA À CENA	Página 1
O PROBLEMA DO ÍNDIO NO BRASIL	Página 2
Egon Schaden	
A TECNOCRACIA	Página 14
José Pedro Galvão de Sousa	
"IN MEMORIAM" DE FRANCISCO MALTA CARDOZO	Página 24
SUMMARY	Página 32



Capa: Índio brasileiro civilizado. Este índio ganhou esta camisa e nunca mais a tirou do corpo. Quando rasgada é remendada por sua mulher em seu próprio corpo, ficando de tal modo ajustada que não sai mais.

O ÍNDIO VOLTA À CENA

Um personagem do panorama social brasileiro, que durante longos anos andou embutido, voltou à cena ultimamente: o índio. Explica-se o fenômeno e vamos, para tanto, repetir as palavras com que o sr. José Papa Júnior introduziu no Conselho Técnico, como conferencista, o professor Egon Schaden: "De tempos a esta parte o índio brasileiro virou notícia. A arrancada para Brasília e posteriormente a penetração da Amazônia descobriram novas populações, grupos tribais de gigantesca estatura e o poder público cogita de modernizar o Estatuto Indígena".

Dentro e fora do país o assunto vem sendo debatido. Inclusive muitos se perguntaram, entre surpresos e temerosos: como! ainda há silvícolas nesta terra?

Diante do ressurgimento da questão, como um fato, autoridades e estudiosos

vêm tendo sua atenção voltada para o índio e agora com a preocupação imediata de um levantamento necessário à fixação dos rumos a seguir. Um dos pontos relevantes que o problema sugere é a reação das culturas indígenas ao mundo civilizado. Indaga-se se é possível, e até onde, a convivência, senão a coexistência do índio e do branco, ou se se poder acreditar em confinamento e em que condições.

Com o propósito de contribuir para o estudo do assunto o Conselho Técnico convidou o professor Egon Schaden a falar em suas reuniões. A primeira parte do trabalho do conferencista é agora publicada. Indianista e professor de antropologia

de conceito solidamente firmado, o autor resume e atualiza estudos e observações de profundidade.

Outra matéria de muita atualidade, inserida nesta edição, é "A Tecnoocracia", do professor José Pedro Galvão de Sousa. Constitucionalista e sociólogo, o autor nos dá, neste estudo, que é parte de livro recentemente publicado, elementos para apreciação das vantagens e de certa radicalização de um sistema de direção não isento de polêmicas. Esta nota preliminar conclui com profunda tristeza: o elogio fúnebre de Francisco Malta Cardozo, um dos mais antigos membros do Conselho Técnico de Economia, Sociologia e Política da Federação do Comércio, e cujo trágico desaparecimento no desastre aviatório de Orly desfalca a inteligência brasileira de uma notável expressão.



O PROBLEMA DO ÍNDIO NO BRASIL

A convite do Conselho Técnico de Economia, Sociologia e Política da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, o dr. Egon Schaden, em reunião de 5 de abril último, proferiu uma palestra sobre "O problema do Índio no Brasil". Ao início da sessão, o presidente José Papa Júnior apresentou o dr. Egon Schaden com as seguintes palavras:

EGON SCHADEN

Senhores Conselheiros

Ainda há quem manifeste surpresa pela existência de índios no Brasil.

Durante as últimas décadas o problema indígena entre nós permaneceu como objeto de estudos em nível científico, em ambiente sereno, quase velado. Para o grande público era algo misterioso, lendário, tema para óperas ou romances históricos. De concreto, surgia de tempos em tempos algum sertanista com narrativas em que se confundiam o espírito de aventura e o poder de imaginação. O velho marechal Rondon passou à História como herói nacional, porém arquivado meio inconcluso.

De tempos a esta parte, entretanto, o índio brasileiro virou notícia. A arrancação para Brasília e posteriormente a penetração da Amazônia descobriram novas populações, grupos tribais de gigantesca estatura e o poder público cogita de modernizar o Estatuto Indígena.

O Conselho Técnico de Economia, Sociologia e Política da Federação do Comércio, que há anos debate questões nacionais, deseja concorrer para atualizar o assunto, informando-se para poder colaborar. Sem alarde, com espírito científico, neste momento onde mantém a serenidade e a discrição que considera mais apropriadas para apressar os seus trabalhos.

Para colocar o problema do nosso indígena, temos hoje, como convidado, um eminente cientista o dr. Egon Schaden, que há vários lustros se dedica a estudos brasileiros especialmente contidos numa vasta e complexa província, em que é professor universitário: sociologia, antropologia, etnologia, lingüística e agora também de comunicações e artes.

Reúne o nosso convidado todas as credenciais para um pronunciamento exato e esclarecedor sobre a matéria. Não se trata apenas do pesquisador de gabinete. É o estudioso que foi observar no seu habitat as culturas indígenas nos sertões do Centro, do Norte e do Sul do Brasil e em países fronteiriços, levando à Europa suas conclusões em memoráveis encontros científicos.

Agradecemos seu honroso assentimento ao nosso convite.

Estamos ansiosos, professor Schaden, para que V. Excia. rompa o silêncio que ultimamente vem mantendo. Não basta hoje aos brasileiros desvendar a geografia e as riquezas amazônicas. Queremos a verdade sobre os diversos xingus que nossa imensidão verde esconde. Precisamos conhecer o Brasil inteiro, os que o habitam, onde e como vivem e como conviver com eles.

O PROBLEMA DO ÍNDIO NO BRASIL

— Senhor presidente, senhores conselheiros, é escusado dizer quanto me honra o convite de falar aqui sobre "O Problema do Índio no Brasil". Escusado dizer, também, que em uma hora de exposição, talvez, e outra de debate, só é possível abordar alguns aspectos de tão complexo problema.

Ainda há poucos dias encerrou-se em Cuiabá uma reunião de cientistas, representantes do governo, sertanistas e missionários, que durante uma semana debateram o assunto e chegaram apenas a esboçar algumas linhas do problema. Ao convite de fazer esta exposição estava subjacente a consciência de um problema, de algo, portanto, que não está resolvido. E quero antecipar, desde já, que a principal conclusão a que provavelmente vamos chegar, através de minha exposição e dos debates que se seguirão, é a de que a solução é relativamente fácil, em teoria. As ciências humanas já possuem parâmetros para equacionar o problema e propor uma série de medidas. Mas na prática, sobretudo na situação brasileira, não vejo caminho para uma solução satisfatória. Suponho que isto se tornará claro nestas duas horas de encontro.

O problema resulta da coexistência, no território nacional, da população brasileira, que participa ora mais, ora menos, do mundo civilizado, com um grande número de pequenos grupos tribais, que

não participam, ou deixam de participar satisfatoriamente, da vida civilizada que, no entanto, os faz entrar em sua órbita de influência.

Este é, em seus termos mais simples, o aspecto nuclear do problema, que se traduz nos atritos e nas dificuldades que resultam desse convívio. A realidade, porém, quando a consideramos de perto, se nos afigura muito complexa, já por causa da variedade de fatores que entram em jogo. Mas entram em jogo também, e isto é mais grave, interesses que não se devem ignorar. Em parte, são interesses que, de acordo com a posição que se adote, podem ser tidos como legítimos — interesses econômicos, sociais, religiosos, humanitários, ou seja de que natureza forem, e em parte interesses quase que inconfessáveis, às vezes, escusos, obscuros, contrários até a normas e valores aceitos pela sociedade dos brancos.

Disse há pouco o sr. presidente que durante muitos anos não se falava quase dos índios e que hoje se fala muito deles; não passa dia em que não apareça nos jornais uma notícia sobre índios. E convém lembrar que a população brasileira, hoje, orça pelos 100 milhões, dos quais os aborígenes constituem parcela mínima; talvez 100 mil, ou pouco mais, portanto 0,1%. De mil brasileiros, um é índio. O noticiário da imprensa põe em destaque essa pequena parcela da população, menos por um interesse direto do que por se haverem tornado símbolo ou instrumento na divulgação de certos traços de uma imagem que não só no Brasil, mas sobretudo no exterior, se procura apresentar de nosso País. Infelizmente não é, pois, intrínseco, por assim dizer, o interesse que hoje se vota ao índio, mas devido a algo que está por detrás.

Os aborígenes, hoje reduzidos a 0,1% da população nacional, se dividem em centenas de pequenos grupos, dispersos por todo o território. E vivem nas mais diversas situações. Não há, portanto, um problema indígena. Há, pode-se dizer, centenas de problemas indígenas, pois cada grupo se distingue, em suas relações inter-étnicas, por características especiais.

Daí, desde logo, uma primeira

conclusão: a de que o Estatuto do Índio, há pouco aprovado pela Câmara, por si só não basta para resolver a questão, por maior que haja sido o cuidado e a perspicácia em sua elaboração. Será preciso tomá-lo como um conjunto de normas gerais para orientar uma ação casuística. E esta se impõe diante da grande heterogeneidade das populações indígenas, heterogeneidade que vem desde o ponto de origem, ou seja, do quadro humano já constituído em época pré-cabraliana. Línguas diferentes, culturas diferentes, sistemas sociais diferentes, as mais diversas adaptações ecológicas. Loukotka classificou os idiomas indígenas do Brasil em 27 famílias, muitas delas com 5,10 ou mais línguas, subdivididas por sua vez em dialetos. Não menos considerável é a diferenciação das culturas e da organização social. E sem coincidir com a diferenciação lingüística. Assim, a unidade étnica constitui um mundo próprio.

Essa diversidade que já marcava o quadro indígena quando o branco tomou posse da terra deixa entretanto desde logo o que há de ingênuo e ilusório na concepção dos que julgam poder aplicar a todas as tribos os mesmos princípios de uma política indigenista. Mas há um aspecto ainda mais importante. O contato com o mundo dos brancos assume formas muito variadas. Ora se encontram os índios em contato com gente cabocla, lavradores em geral sedentários, numa interação pacífica ou, pelo menos, sem atritos muito graves; ora o contato se trava com setores da sociedade nacional em franca e agressiva expansão, e em os mais diversos intuitos econômicos, em geral de atividade extrativa. É, entre outras, a extração da madeira e, cada vez mais, a de minérios. E o interesse pelos minérios é hoje uma das principais causas do sofrimento dos silvícolas. Não há território em que existam índios, mais ou menos arredios, em que não se tenham descoberto promissoras possibilidades de mineração. Os primeiros representantes do mundo dos brancos que invadem esses territórios são, em grande parte, indivíduos desgarrados da civilização. Não se estabelecem nessas áreas longínquas como grupos

sedentários, de caboclos ou matutos, nem sequer lá se apresentam como famílias constituídas, mas de preferência como aventureiros, alguns deles até a margem da lei, que desejam fazer fortuna nas franjas do povoamento do território nacional.

Outros índios vivem em contato com missões religiosas e outros ainda em postos da FUNAI. Iríamos, portanto, muito longe se aqui tentássemos esboçar o panorama, sobremodo diferenciado, das relações inter-étnicas que assim se configura.

Mas nem assim se abrangeria a complexidade do quadro. Se, por exemplo, tomamos o ponto de vista do grau das influências a que os índios hoje existentes no Brasil estiveram expostos, temos toda uma escala que vai desde os que nunca viram um branco, ou que mal entraram em contato com ele, até os que, pelo menos à primeira vista, praticamente não se distinguem do caboclo e cuja herança indígena, encoberta por uma mistura de elementos da civilização, se torna manifesta ao observador apenas depois de semanas de convívio entre eles. Dois polos, entre os quais há toda uma graduação de estados aculturativos e de integração no mundo dos brancos.

Este o quadro.

Eu disse que o índio hoje se tornou popular porque os problemas são explorados para carregar em certos traços de uma imagem do Brasil que às vezes se propõe. Isto não quer dizer que não haja também, ligados ao assunto, problemas de uma política de desenvolvimento nacional. Do desenvolvimento de regiões habitadas por índios que até há pouco tempo viviam a sua vida tranqüila e que vêm sendo colhidos por essa política. É necessário, repito, distinguir entre interesses econômicos legítimos, seja a que título o forem, legítimos, sobretudo em termos de um processo histórico irreversível e ao qual seria insensato opor-se, e interesses espúrios, ou até sinistros, de indivíduos ou grupos, que procuram espoliar os índios e contra os quais é necessária, ainda que difícil, uma enérgica ação repressiva.

Sabemos que neste sentido as nossas autoridades têm falhado e



continuam falhando. O que falta são as punições exemplares, punições capazes de amedrontar os criminosos. A falha talvez não se deva a desídia ou culpa. Antes, por certo, à dificuldade de atingir os facínoras, de identificá-los e de levá-los à presença do juiz.

Como eu disse, a existência de riquezas naturais, de madeiras, por exemplo, mas sobretudo de minérios, é uma das causas perturbadoras da vida tribal indígena. Há poucos dias foi criada uma reserva de terras para os chamados "índios gigantes", com os quais se estabeleceram os primeiros contatos. Segundo as notícias, a reserva é muito maior do que o território ocupado pela tribo. Mas infelizmente foi demarcada de maneira tal que nela não se inclui uma área em que, segundo consta, existem riquezas minerais. Assim, apesar da louvável medida do governo Federal, estarão os "índios gigantes" sujeitos, dentro em pouco, à influência nefasta de centenas ou, não sei, milhares de indivíduos que para lá se dirigirão em busca de riqueza.

Atritos constituem a manifestação concreta do problema indígena do Brasil. De que provêm esses atritos? Não só da cobiça, legítima ou não, do que ao índio pertence de direito, como herança milenar, mas também de atitudes psicológicas geradas no encontro de representantes de sistemas culturais diversos. Seria este um

Índio civilizado Guarani pregando o Evangelho a um grupo de irmãos-de-tribo. Sul de Mato Grosso. (Foto E. Schaden).

O PROBLEMA DO ÍNDIO NO BRASIL

tema para longa discussão. Vejamos somente alguns dos fatores ativos nessas situações.

A imagem do branco na mente indígena, ou seja, a idéia que o índio faz do branco é um fator muito importante na configuração das relações inter-étnicas. No início, essa imagem costuma ser negativa. O índio relata em reconhecer o civilizado como ser mais ou menos equivalente a ele, atitude, aliás, natural em homens que vivem em culturas tribais, fechadas, que às vezes chamamos de "crustáceas", porque desenvolveram um sistema defensivo através de uma visão etnocêntrica do mundo. Etnocentrismo é o nome que os antropólogos dão à tendência universal, mas acentuada sobretudo em povos primitivos, a tomar a sua própria cultura como a expressão mais genuína da natureza humana. Tudo o que é diferente é menos humano. E como a maneira de viver e o comportamento do branco diverge muito dos padrões indígenas, ele fica longe da imagem do homem que o silvícola constrói a partir de si próprio. De modo que o indígena, a princípio, acredita que é preciso amansar o branco.

É conhecida a história dos índios Parintintin, do Madeira. Durante decênios tiveram rixas e conflitos sangrentos com os seringueiros, até que afinal, faz pouco mais de 50 anos, um famoso indianista e grande cientista, que foi

talvez o maior conhecedor do índio brasileiro, Curt Nimuendaju, incumbido pelo Serviço de Proteção aos Índios, os conseguiu pacificar. Depois de armar no meio da mata uma cabana de folhas de flandres, que logo foi alvo predileto das flechadas dos Parintintin, Nimuendaju e seus companheiros, expondo a vida, chegaram enfim a estabelecer contato pacífico. Foi a hora fatal que marcou o início da decadência de uma tribo outrora forte, sadia e reduzida daí a duas ou três décadas a um punhado de remanescentes maltrapilhos e infelizes. Tais foram os efeitos nefastos do convívio com o homem civilizado, que Nimuendaju chegou a considerar crime a pacificação de quaisquer índios ainda isolados do mundo dos brancos. Arrependido do trabalho que realizara com tanto sacrifício e com verdadeiro heroísmo declarou: "Se mais uma vez me chamarem para pacificar uma tribo, eu me negarei redondamente a empreender a tarefa". Anos depois, um velho índio Parintintin, já bastante aculturado, em conversa com um oficial do Exército brasileiro, Lima Figueiredo — conhecido pelos serviços que prestou nas Comissões de Fronteiras e também no desenvolvimento de nossa rede ferroviária —, disse-lhe: "Levamos muito tempo, mas parece que afinal estamos conseguindo realmente amansar os brancos".

Ainda há poucos dias estive com Orlando Villas Boas que, faz muitos anos, acabou com a situação de hostilidade entre grupos Kayabi e brancos a oeste do Xingu e que teve o cuidado de registrar num diário muito do que, nos primeiros tempos após a chamada pacificação, esses índios lhe contaram. Numa das conversas, um deles declarou: "Agora a coisa está melhorando, mas primeiro tivemos de cortar a cabeça de pelo menos oito seringueiros, até que esses brancos tomassem juízo; agora já vêm falar com jeito conosco".

Se menciono esses fatos, é para mostrar que a imagem que o índio tem do branco é um fator importantíssimo. Claro que essa imagem continua sempre mais negativa do que positiva. Primeiro é negativa como projeção da própria cultura indígena — e não poderia

ser de outra forma. Depois, o continua sendo, mas em sentido diferente, pelas experiências da interação com o branco. As relações inter-étnicas que se estabelecem são desde logo assimétricas.

O branco sempre vem de cima. Quando fala com o índio, em tom amigável, diz: "Vem cá, meu filho!" Não é um trato entre companheiros; o que prevalece é a atitude de quem representa algo mais forte, algo mais poderoso, de alguém que se considera superior ao índio. Isto não pode deixar de refletir-se em todo o sistema de relações. O índio está sempre em situação inferior, do ponto de vista social, do econômico e em todos os sentidos. Nunca é seringueiro, sempre apenas seringueiro. E quando vende a borracha, ela vale a metade da que outro seringueiro, caboclo, oferece ao patrão. Simplesmente porque lhe faltam os padrões mentais indispensáveis num mundo econômico aberto, pois em sua economia tradicional vigoram instituições voltadas para a vida comunitária e não se conhecem vinculações com mercado. Assim, o índio é incapaz de raciocinar em termos de negócio ou de comércio. É guiado pelos interesses do momento, pensa em certas coisas que só o branco possui e que o fascina, a começar pelos fósforos e a acabar pela cachaça. Esse fascínio pelos "benefícios" da civilização o sujeita à inferioridade econômica, social, de saúde. Mas, cedo ou tarde, descobre o reflexo concreto dessa situação em fenômenos de desorganização em sua própria cultura e sociedade. Percebe, então, que a vida em seu próprio meio tribal já não funciona como deveria. Entrou o branco no horizonte cultural indígena, trazendo-lhe necessidades outrora desconhecidas, necessidades para cuja satisfação a cultura tradicional não tem soluções e para a qual o branco não lhas oferece. Continua, por isso, negativa a imagem do branco na mente indígena.

Por outro lado, o índio não deixa de notar que há brancos que usufruem muita coisa a ele inacessível. E a civilização se lhe torna aos poucos um ideal de vida que ele desejaria alcançar, mas que para ele nunca se realiza. Mais ou menos como a felicidade no soneto de Raimundo Correia. A exis-

tência já não é possível nos moldes da tradição, mas também não há condições para conduzi-la de acordo com os objetivos que a civilização apresenta ao pobre silvícola.

Mas há algo mais grave. O pior é que, além da dependência econômica e social que prende o índio ao branco, este o domina por uma dependência psíquica. O aborígine constrói a sua imagem do mundo civilizado, mas não é capaz de abarcar mentalmente o que ele significa. A civilização permanece envolta num halo de mistério. E isto se reflete na auto-imagem do índio. Torna-se ele, aos poucos, incapaz de considerar como positivas as suas próprias qualidades. Ainda mais, porque tende a assimilar o estereótipo que dele forjou o branco: "Vocês são gente que não têm noção de trabalho, de pontualidade..." E as palavras, que antes se haviam tido pela expressão ideal da natureza humana, acabam considerando-se expressão frustrada dessa mesma natureza. Auto-imagem negativa, pela incorporação de conceitos e de juízos negativos, e daí a perda de segurança e sobretudo de capacidade de auto-afirmação, o que, por fim, se traduz concretamente na vergonha de ser índio. E quando alguém chega ao ponto de sentir vergonha de ser o que é, a situação é quase desesperadora.

Talvez em devesse falar mais — e suponho que esta foi a expectativa dos senhores — da ação do governo que procura ajudar o índio para superar os obstáculos que defronta. Espero que na discussão que teremos a seguir haja oportunidade para abordar mais de perto este aspecto. Os responsáveis pela proteção do índio têm plena consciência dos males a que me referi e não há como negar um esforço sério e honesto para corrigi-los. Mas por mais bem situada que esteja, no esquema governamental, a Fundação Nacional de Amparo ao Índio, não se deve desconhecer que ela é, em última análise, uma repartição pública e, como tal, tem os seus recursos e possibilidades, mas também as suas limitações. Regem-na, por natureza, determinações oficiais, artigos e parágrafos de leis, regulamentos e portarias. Tudo isso é indispensável como suporte para

uma ação efetiva. Mas esta requer muito mais. Deve ser uma ação de homens sobre homens, de educação e de constante orientação. E não se trata apenas de educar o índio para enfrentar situações que nós criamos para ele; trata-se de educar também o branco, uma vez que a interação se processa entre dois tipos humanos que, no fundo, não se compreendem uns aos outros. Há regiões, no Brasil, onde ainda hoje vigora na mentalidade popular — no espírito do povo rural, simples, ingênuo — uma nítida dicotomia entre duas categorias de seres, a de cristãos e a de índios. A tal ponto que encontramos indivíduos para os quais o índio é "bicho". Isto ocorre na área do Xingu, na do Tapajós e em outras regiões do interior. É coisa que vem de antigos tempos, desde a época da conquista. Na América espanhola, aliás, se tornou corriqueira, no período colonial, o termo "irracionales" para designar os aborígines. Até em documentos oficiais. Ora, se isto acontecia na fala dos que melhor o deviam saber, não nos devemos admirar se ocorre na dos que têm medo do índio, porque em geral o pobre caboclo do interior vê realmente no índio um perigo, assim como o índio vê no branco um perigo. Portanto, uns e outros devem ser educados no sentido de se tornarem capazes de substituir os estereótipos por uma visão objetiva. A este respeito, infelizmente, estão falhando os nossos meios de comunicação. O que desejariamos descobrir no abundante noticiário que hoje se nos apresenta sobre os índios é um esforço sério e sistemático de corrigir as distorções da imagem que deles tem o nosso povo.

Certo dia, fui convidado a participar de uma reunião, no Rio de Janeiro, à qual compareceram o diretor do Serviço de Proteção aos Índios, o governador do Território de Rondônia, antropólogos, sertanistas e jornalistas. Éramos um grupo de talvez 20 ou 25 pessoas. A revista brasileira de maior circulação queria publicar um documentário fotográfico de cenas de antropofagia numa tribo do Território de Rondônia. O que nos pediam os redatores da revista? Que examinássemos as fotografias, para dizermos se eram real-

mente cenas em que se comia carne humana ou se o fotógrafo as havia forjado com o intuito de ganhar um bom dinheiro.

Não era difícil chegar à conclusão de que se tratava de fato de antropofagia. As fotos eram de uma tribo que vive, ou vivia, em tal miséria que a fome os obrigava a comer os mortos. E a revista julgava fazer um grande negócio com a publicação. Fiz um enérgico protesto e ameacei com um escândalo. Se uma revista que é lida em todas as cidades e que penetra pelos sertões longínquos, divulga um documentário desse tipo, não se há de estranhar que a população ignorante venha a dizer: "Nem os bichos comem os da mesma espécie; o índio, portanto, é inferior a bicho". Consegui que se desistisse do intento, que chamei de criminoso.

Mas não basta evitar que os órgãos de comunicação coletiva se prestem a dar apoio aos preconceitos existentes. Pouco se faz para mostrar o índio como seres humanos, objetivamente, sem depreciá-los, por um lado, e, por outro, sem idealização e romantismo. Simplesmente como homens, que têm problemas como nós, que têm qualidades e defeitos como nós os temos também. O que tem havido são, em geral, posições extremas: ou o índio é romantizado, na música e em outras artes, e aparece como figura decorativa no emblema da família — a minha avó era índia de Mato Grosso e eu sou mais brasileiro do que você — ou, então, se chega até a negar-lhe os atributos do ser humano.

Falei há pouco da dependência psíquica do índio em suas relações com o mundo dos brancos, dependência que principia a manifestar-se antes de entrar em crise a primitiva organização social da tribo. Ontem estive lendo uma tese de doutoramento sobre os índios Xikrin ou Put-Karôt, do sul do Pará, de uma professora de Antropologia, Lux Vidal, antiga aluna minha, da Universidade de São Paulo. Esses índios, felizmente, vivem muito longe da cidade mais próxima, que é Marabá, e para chegar lá é preciso viajar dias e dias de canoa. Por outro lado, os próprios índios construíram e mantêm em bom estado perto de sua aldeia um campo de pouso, para que de

O PROBLEMA DO ÍNDIO NO BRASIL

vez em quando possam receber a visita de certos representantes do mundo civilizado. Havia lá também uma missão, que os assistia, e aos poucos se estabeleceu uma relação de dependência, muito menos econômica do que psicológica.

Mas houve um incidente, após o qual o missionário, um dominicano francês, deixou a aldeia. Às vezes, porém, aparecem lá, entre outros, um médico da Escola Paulista de Medicina e um dentista, que dão aos índios boa assistência. Graças sobretudo ao desvelo do missionário, a tribo, que há uns 15 anos estava em vias de extermínio, devido aos primeiros contatos com os seringueiros, que lhes levaram enfermidades contra as quais o índio não tem defesa, se encontra hoje em franca recuperação demográfica. Na tese que mencionei estão as seguintes frases, que merecem ser meditadas: "Desde a partida do velho Frei José reinava uma tranquilidade que nos pesava. Os médicos diziam: "Agora vocês estão vacinados, os dentes estão bons, tem muita criança, vocês não morrem mais". O único consciente desta situação ambígua era Bemoti (o chefe da tribo); encontrava-se à frente de um grupo hoje numeroso, sadio, totalmente exótico e irremediavelmente dependente, uma situação trágica e além das forças de qualquer homem." O próprio índio sente a situação em que se encontra, mas não é sequer





Ñandéva — Guarani do Litoral paulista

O PROBLEMA DO ÍNDIO NO BRASIL

capaz de formulá-la. Exprime-a com o silêncio.

Krañakârôre é um nome que os senhores leram muitas vezes nos jornais dos últimos dias. Coitados. Até há um mês tiveram uma vida tranqüila e agora começa para eles o drama. O mesmo drama que levou à extinção um sem número de tribos, desde o período colonial.

Fala-se muito de integração do índio. Das centenas de tribos que entraram em contato com a civilização, não conheço nenhuma que se haja realmente integrado nela. Claro que é preciso definir o que se entende por integração. Emprego aqui o termo com o sentido que lhe é dado na política indigenista atual.

O senhor presidente, em sua amável apresentação, lembrou o nome de Rondon. A obra indianista de Rondon começou há pouco mais de 60 anos, quando no sertão paulista se construiu a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Havia então choques violentos entre os Kaingáng, que habitavam a região, e os trabalhadores da estrada. Estes caçavam índios, e os índios, por sua vez, reagiram à altura.

Rondon e seus companheiros tinham uma filosofia que provinha da influência de Benjamin Constant e que, graças ao espírito compreensivo do ministro Rodolfo Miranda, se concretizou na criação do Serviço de Proteção aos Índios.

Hoje, infelizmente, não temos nenhuma filosofia definida para enfrentar a situação dos Krañakârôre, que não se encontram, como naquele tempo os Kaingáng, de São Paulo, em conflito com os brancos. Eles viviam e vivem em seu mundo, satisfeitos. Rondon teve de pacificar, para acabar com o derramamento de sangue, uma tribo hostil, que estava sendo dizimada. Ele e seus companheiros, como Horta Barbosa, realizaram a tarefa, expondo a sua segurança e a vida, e seguindo à risca o lema "morrer, se necessário; matar nunca".

Aliás, com tal atitude é relativamente fácil pacificar uma tribo bravia. A fórmula encontrada não podia deixar de ser eficaz como solução imediata. Mas numa conversa que tive com Rondon, quando ele já era velho, disse-me haver chegado à convicção de que o seu sacrifício e dos companheiros na pacificação de grupos índios não valera a pena. O velho Rondon chegou a dizer-me: "Melhor fora que os tivessem morto à bala do que vê-los reduzidos à miséria em que se encontram".

De fato, há dois problemas. Há o da "pacificação" — palavra que se deve pôr entre aspas, porque os Krañakârôre não precisam ser pacificados, não nos agrediram — e há um segundo, o da chamada integração. Este é bem mais difícil. Se queremos dar um conteúdo à palavra integração, podemos dizer que se trata de fazer o índio participar da vida nacional, sem provocar o seu extermínio físico ou cultural. E é mais ou menos isto o que se pretende. Teoricamente seria possível em certo sentido e na medida em que se procurasse converter os conhecimentos antropológicos de que dispomos em técnicas de orientação do processo aculturativo.

Na prática é, em parte, uma utopia. Por muitas razões, que dariam assunto para uma série de palestras. Quero indicar apenas um dos aspectos principais que me fazem considerar utópica, infelizmente, a idéia da integração. O processo histórico da interação entre o mundo dos brancos e o mundo indígena se desenvolve em ritmo tal, e cada vez mais acelerado, que não há possibilidade humana de pôr em prática as medi-

das corretivas necessárias à adaptação tecnológica, social e sobretudo mental do índio a esse estado de coisas, a um estado que, mal se procura interferir, já deixou de ser o mesmo. Assim, enquanto se faz o possível para ajudar o índio, muitas tribos se vão extinguindo.

Na maioria dos casos — e, ao dizê-lo, insisto mais uma vez no perigo das generalizações — não há como encontrar meios de interferência bastante eficazes para neutralizar os fatores deletérios e de desorganização, muitas vezes incontroláveis e até de difícil definição. E não são raros os casos em que uma interferência que julgamos indiscutivelmente benéfica, depois de algum tempo se revela negativa. Um exemplo, dentre muitos: quando começamos, como dizem os indianistas, a "namorar" uma tribo, para atraí-la ao mundo da civilização, levamos-lhe presentes, em primeiro lugar objetos de ferro: machados, foices, facas e outros utensílios, que são recebidos com verdadeira avidez e que logo passam a tomar o lugar dos utensílios de pedra. Embora acreditemos oferecer ao silvícola algo de muito valioso, é quase certo que a mudança cultural que assim provocamos não tardará a gerar desordem ou, pelo menos, fenômenos de desorganização social.

Cada tribo tem seu sistema de divisão de atividades. Talvez convenha não falar em divisão de trabalho, porque a noção de trabalho nós a inventamos, porque inventamos também a ociosidade. Para o índio não há o trabalho no sentido que nós damos à palavra, há atividades — fazer coisas. Ora bem, cada sistema prescreve atividades bem definidas para as mulheres e outras tantas para os homens, entre as quais, por exemplo, a de derrubar árvores. Desde o momento em que o machado de pedra é substituído pelo de ferro, aumenta, para uma parte da sociedade, o tempo vazio, porque a cultura não oferece condições para aproveitar satisfatoriamente o ócio não previsto no sistema. Para bem compreender o que daí resulta, basta lembrar que nem a nossa civilização encontrou os meios para dar o necessário significado ao tempo livre, ao lazer,



Cabanas de índios Kayová — Guarani do Sul de Mato Grosso. (Foto E. Schaden).

que dispomos graças ao progresso técnico e que muitas vezes se transforma em tédio. Se isto acontece em nossa cultura, que tem até uma "indústria do lazer", não havemos de estranhar as graves conseqüências observáveis numa sociedade tribal, bem estruturada, onde qualquer inovação repercute desde logo em todo o sistema. Em suma, uma primeira interferência, que nos parece bené-

fica, se converte facilmente em causa de resultados negativos, às vezes nefastos.

Se mo permitem, encerro aqui a minha palestra, em que tomei uma atitude seletiva, para, por assim dizer, preparar uma plataforma de discussão. Nesta surgirão, por certo, muitos aspectos de que não falei. Alguns deles darão margem às perguntas que os senhores me vão fazer.

Após a palavra do professor Egon Schaden, desenvolveu-se o seguinte debate:

R. JOSÉ PEDRO GALVÃO DE SOUSA — Ouvimos todos com interesse e encantamento a palavra de um grande especialista, o professor Egon Schaden, que, dominando o assunto como domina, mostrou perfeitamente qual a situação angustiada do índio no Brasil.

O bem fez-nos ver que devemos evitar aquela visão paradisíaca do índio, do bon sauvage de Rousseau, e também devemos evitar aquela visão antagônica, de considerar o selvagem como um bicho. Diante deste segundo aspecto, o conferencista fez ver que tal era a orientação dominante nos tempos em que as próprias leis, como as leis espanholas da época da colonização, se referiam aos índios como "los irracionales".

Neste ponto quero pedir uma explicação ao ilustre conferencista, pois sabemos muito bem que, nos primeiros tempos da colonização portuguesa e espanhola, o que caracterizou a orientação

das autoridades daqueles países foi exatamente a preocupação de evitar o extermínio dos índios, ao contrário do que se deu na América do Norte, onde os peles vermelhas foram rapidamente extintos pela ação dos colonizadores. Vimos até a orientação dada pelo rei de Portugal e pela rainha Isabel, a Católica, nesse sentido, procurando aplicar as normas do cristianismo nas relações com os índios, tanto assim que no Brasil, o regimento dado ao primeiro Governador Geral do Brasil, Tomé de Sousa, estabelecia a pena de morte para os colonos que escravizassem os índios. Por sua vez, as "Leyes de Indians" contêm um repositório admirável de medidas protetoras dos selvagens, inclusive reconhecimento de seus direitos naturais, numa época em que se debatia muito este assunto, querendo alguns negar a liberdade dos índios, justamente por não serem racionais.

Isto provocou aquela famosa polémica, em que se destacaram os lumináres da escola espanhola de Direito das gentes e missionários como Las Casas, o qual chegou até ao ponto de entrar em atrito com alguns colonos,

diante de abusos praticados, o que serviu de margem aos argumentos de quantos forjaram a "lenda negra" contra a Espanha, especialmente os ingleses e holandeses. Preconizaram estes a superioridade da colonização nórdica sobre a espanhola e a portuguesa, mas, face dessas "Leyes de Indians", tão admiráveis — aliás, há pouco tempo reeditadas, em edição fotografada pelo "Consejo Nacional de Investigaciones Cientificas" —, onde se encontra uma série de medidas preconizadas a favor dos índios, eu gostaria de saber quais eram as leis que chamavam os índios de "irracionales".

O SR. EGON SCHADEN — Não posso, no momento, indicar-lhe nenhum texto concreto. Mas há numerosos, principalmente relativos ao México, onde há a expressão "irracionales" para designar os índios.

O SR. JOSÉ PEDRO GALVÃO DE SOUSA — Mas eram outros tempos. A princípio a orientação era outra.

O SR. EGON SCHADEN — Eram outras, mas tanto os reis de Portugal como

O PROBLEMA DO ÍNDIO NO BRASIL

os da Espanha vacilavam muito em suas atitudes e mais vacilavam ainda os que os representavam na América.

O SR. JOSÉ PEDRO GALVÃO DE SOUSA — Provocavam atrito com os missionários, como com Vieira e os jesuítas...

O SR. EGON SCHADEN — E havia no Brasil regiões em que se procurava incorporar o índio à vida da Colônia, e outras, sobretudo no Nordeste, onde se tratava de "limpar o terreno", com ou sem apoio das leis muito bem feitas.

O SR. JOSÉ PEDRO GALVÃO DE SOUSA — Os reis de Portugal e Espanha tiveram que lutar contra os próprios colonizadores. É o que nos mostra o Pe. Madureira, na sua notável obra sobre a Companhia de Jesus e a liberdade dos índios.

O SR. EGON SCHADEN — Exato. E os próprios representantes da Igreja, nas primeiras décadas, tinham dúvidas muito sérias quanto à natureza humana do índio, até que, em julho de 1537, por uma bula papal de Paulo III, foram declarados "veri homines, fidei catholicae et sacramentorum capaces". Antes dessa definição, havia dúvida sobre se era ou não sacrilégio batizá-los, porque se os índios não tivessem alma, seria administrar o sacramento a animais.

O SR. WALTER LESER — Desde 1965 o Departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina vem colaborando com os Villas Boas, dando assistência, muito mais preventiva do que curativa, às populações do Parque do Xingu. Em conversas com o Orlando, compreendi o que ele pensa a respeito do problema do relacionamento entre civilizados e índios; as reservas,

estritamente destinadas aos indígenas, permitiriam minorar ou protelar as conseqüências do choque inevitável entre as duas culturas.

Nosso maior esforço foi no sentido de imunizar os indígenas contra doenças inexistentes entre eles antes do contato com os brancos e que, por falta de resistência decorrente da seleção natural ao longo de gerações, assumem proporções calamitosas. Verificamos, por exemplo, que na última epidemia de sarampo, na década de 50, morreu cerca de um terço da população indígena atingida.

O trabalho que vem sendo desenvolvido, sob a direção do professor Baruzzi, inclui a vacinação contra a varíola, a poliomielite, a difteria, o tétano e o sarampo; um dos maiores problemas ainda é a gripe, pelas conhecidas dificuldades de vacinação eficiente. Gostaria de saber sua opinião sobre a real valia de uma atuação desse tipo.

O SR. EGON SCHADEN — É um lento, sem dúvida alguma. Do ponto de vista da sobrevivência é muito o que lá se faz e há tribos que, após chegarem à beira da extinção, estão começando a recuperar-se.

O SR. WALTER LESER — Temos um cadastro levantado de todos os índios no Parque, com fichas individuais, e pudemos verificar um fato, quase inédito segundo o Orlando Villas Boas, o aumento da população em certas tribos.

O SR. EGON SCHADEN — Houve. E não só no Xingu, como também em outras áreas. Além disso, um aspecto muito positivo do trabalho dos irmãos Villas Boas é que eles procuram, pelo bom senso, empiricamente, impedir umas tantas influências que em outros casos aceleraram muito o ritmo da desorganização. Isto se consegue por uma década, duas, três, quatro, mas virá o dia do embate entre interesses, legítimos ou não, de nossa sociedade e essas culturas. Estarão elas um pouco mais preparadas para as transformações do que outras, mas necessariamente sofrerão também as conseqüências.

A idéia da integração no mundo civilizado, numa integração em que se mantenha o espírito autêntico das culturas tribais, é muito difícil de realizar-se. Já por causa do processo histórico. Durante algum tempo se pôde segurar as rédeas, mas até haviam começado, já, a lotear o alto Xingu por avião, o senhor sabe disso.

O SR. JOSÉ VICENTE DE FREITAS MARCONDES

— Professor Egon Schaden, é um grande prazer tê-lo conosco nesta tarde, neste Conselho, e para mim, pessoalmente, esse prazer torna-se maior uma vez que somos amigos de longa data. Vimos juntos o nascer e o desenvolver da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Desde aqueles idos tempos que nos conhecemos. Colaborei na sua "Revista de Antropologia" e juntos participamos de outros eventos, inclusive recentemente no

"Primeiro Encontro Inter-regional de Cientistas Sociais do Brasil", em Recife. Ouvindo com grande interesse a sua palestra sobre o índio, ocorreu-me um problema sobre o qual gostaria de ouvir a sua abalizada opinião. Há uma literatura entre nós que cresce dia a dia, sustentando que o Brasil mantém uma política racial ultrademocrática com relação ao negro. Mas por outro lado, há um grupo que procura sustentar justamente o contrário, frisando que o problema do negro cada vez mais se agrava em nosso país. Gilberto Freyre é o chefe da primeira escola e nos Estados Unidos há também autores dizendo que o Brasil resolveu o problema racial com grande sabedoria e democraticamente, como por exemplo, o livro de Ely Chinoy — "Society: An Introduction To Society" (capítulo 9). A aculturação e o "branqueamento" do negro no Brasil processa-se harmoniosamente, sem os conflitos existentes em muitos países, ressalta Chinoy.

Quanto ao índio, o problema me parece um pouco diferente, por motivos óbvios. Nesta altura gostaríamos de ouvir o pronunciamento do professor Schaden: seria possível o Brasil ser reconhecido — como no caso do negro — como um país que está resolvendo democraticamente o problema racial? Outra questão: seria interessante ao Brasil manter os índios completamente afastados, com sua cultura típica, ou seria mais recomendável a integração, como foi aventada, com as cautelas indispensáveis?

O SR. EGON SCHADEN — Acho muito difícil comparar a situação dos negros com a dos índios, neste sentido, porque os negros não vieram ao Brasil como grupos portadores de culturas integradas. Vieram arrancados de seus contextos culturais e entraram numa sociedade em que passaram a constituir a camada inferior. E fazendo parte dessa sociedade começaram a diluir-se pela miscigenação. "Quem escapa de negro, branco é"; e há toda a história do progressivo branqueamento. A situação do índio é diferente. Não está na sociedade do branco; até o mais aculturado, o que para o observador superficial já não se distingue como índio, não se considera fazendo parte do mundo civilizado. Ele, para o bem ou para o mal, sempre se identifica como índio. Se o encarássemos desse ponto de vista humanitário — dizendo "deixemos de lado toda fantasia, to interesse científico de diversidades culturais do quadro multiétnico brasileiro, já que a filiação cultural do Brasil sempre foi a de absorver tudo o que vem de fora" —, se o índio aculturado fosse capaz de abdicar de sua consciência étnica e da idéia, que nele incutimos, de ele ser inferior, então não haveria problema. A miscigenação se incrementaria e os mestiços, primeiro de dúbia classificação, acabariam sendo absorvidos definitivamente pela nossa sociedade e estaria resolvido o problema. Do ponto de vista da sobrevivência do índio, através de seus descendentes,



Índios Kamayurá ocupados com o preparo da mandioca. (Foto E. Schaden).

a solução seria antes o cruzamento biológico do que a integração. Aliás, em que sentido integrar? Estabelecendo relações econômicas, fazendo o índio apenas participar de nossas atividades produtivas? Mas, como quer que seja, as culturas tribais devem ser compreendidas de maneira global. A distinção que nós fazemos entre o natural e o sobrenatural, entre o técnico e o religioso, entre o médico e o mágico, e assim por diante, decorre sempre de nossa perspectiva e não do ponto de vista das culturas indígenas. Há, por isso, muito de utópico na idéia de integração.

O PROF. DORIVAL TEIXEIRA VIEIRA — As minhas observações seriam no sentido de tecer comentários não tanto sobre o Brasil, porque conhecemos muito pouco a respeito do índio brasileiro, mas sim relatar observações pessoais sobre o índio pseudo-aculturado, na região mato-grossense e paranaense, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Além disso sua palestra fez-me recordar algumas observações em uma curta viagem feita ao Peru a propósito das relações entre o branco e o índio no Peru, o mesmo problema, que aliás estamos vivendo hoje, com o índio norte-americano.

Curiosamente, a sua conferência nos deu a chave para compreender esta aparente heterogeneidade. Em primeiro lugar, quem conhece a fronteira do Brasil na região a que me referi, sabe que o índio é o peão, é o homem à margem dos benefícios da civilização, aparentemente aculturado, mas na realidade explorado pelos brancos. Este é um fato visível para qualquer pessoa.

Lembro-me que em Guaira, antes desta penetração da estrada de rodagem e da abertura para o Paraguai, do turismo, das Sete Quedas e de Iguacu, fiz parte de uma excursão durante um estágio de férias na Cia. Mate Laranjeira.

Ali, o índio era utilizado para a extração da erva-mate. Era quem enfrentava todo os perigos da floresta. No entanto, aos sábados e domingos, quando havia uma certa cerimônia, ou pelo menos o repouso do branco, o que se via era o índio esfarrapado, à margem do rio, descalço, sem sequer poder freqüentar as áreas urbanas da cidade de Guaira. Por um lado, há esta imagem de duas culturas, que não conseguem interpenetrar-se, por outro lado, é visível esta exploração do índio pelo branco, sob a capa da pacificação e da integração.

E não se diga que o fenômeno é apenas brasileiro. Estando em Lima, há alguns anos atrás, verifiquei disparidade de tratamento até na religião. Há igrejas para brancos e igrejas para índios. Os que habitam as fraldas da cordilheira dos Andes, morando em verdadeiras tocas, são os índios, não os brancos. Em contato que tivemos, na Universidade de São Marcos, com numerosos professores, ouvi o seguinte: "professor, temos muito receio desta abertura do governo, permitindo que o índio seja recruta do exército, possa freqüentar escolas de brancos e entrar para a universidade. Na realidade somos uma população de 10 a 20% de brancos, dominando uma população de 80 a 90% de índios. Não houve aculturação. O índio está se preparando para expulsar o branco, e isso nós sentimos e não desejamos".

Ora, ainda aí temos mais uma exemplo de um bem nitido choque de culturas. Toda aquela humanização, que legalmente se verificou na colonização espanhola, de fato não ocorreu. O que houve foi uma matança terrível, quase uma extermínio do índio. Mas esta quase extermínio, sem dúvida, foi acompanhada de uma expectativa de revide possível, num futuro próximo ou remoto. Não houve uma aculturação, mas um fenômeno de separação entre grupos culturais.

Dai, este revide indígena, nos Estados Unidos, um pouco poético, um pouco sentimental, muito pouco efetivo, mas capaz de impressionar o noticiário internacional. E note-se que se trata de índios norte-americanos, dos que sobraram e que, por um acaso da técnica e da ciência, acabaram vendo-se donos de poços de petróleo — alguns deles pelo menos.

Então, se estes, que têm tido essa possibilidade não se aculturaram, não se integraram, parece-nos sem solução o problema do índio brasileiro. Essa aculturação não se fará e nem choque poderá haver, porque o desequilíbrio aqui é muito maior — 0,1% de índios contra 99,9% de brancos. É de se esperar, portanto, que, em nome do desenvolvimento, da penetração, de uma série de fatores, de causas e de efeitos, que já se podem prever, mais dia menos dia não teremos mais índios, pois os poucos que sobreviverem não quererão nem que sejam lembrados que foram índios ou seus descendentes, como aliás já acontece aqui em São Paulo. Temos pessoas que são reais descendentes de índios e fazem questão de ocultar o fato, ou pelo menos de não falar nisso.

Com estas palavras, neste momento, congratulo-me com o professor Egon, em meu nome e creio que em nome de todo o Conselho, reforçando o que eu não chamo de pessimismo, mas de realismo diante do problema do índio.